

Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal

Identity strategies and integration schemes: the positionings of Angolan, Brazilian and Eastern European association in Portugal

João Sardinha*

Resumo Recorrendo a narrativas recolhidas junto de representantes de associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal, este artigo analisa, primeiro, os tipos de modelos de integração defendidos pelas associações, assim como os modelos identitários sustentados e trabalhados por estas. Segundo, seguindo a lógica que a identidade, tal como as estratégias de integração, são um processo em constante mutação, examina-se como as associações de imigrantes concebem e contribuem para a integração comunitária, por um lado, e para a (re)estruturação de identidades, por outro.

Palavras-chave associativismo imigrante, identidade, integração, transnacionalismo, análise de narrativas.

Abstract Drawing on narratives collected from representatives of Angolan, Brazilian and Eastern European associations in Portugal, this article firstly analyses the types of integration models used by the associations, in addition to the forms of identity supported and negotiated by these institutions. Secondly, following the logic that identities, just like integration strategies, are processes in constant mutation, the article examines how immigrant associations conceive and contribute to community integration, on the one hand, and to the (re) structuring of identities, on the other.

Keywords immigrant associativism, identity, integration, transnationalism, narrative analysis.

* Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta / Centre for Studies in Migration and Intercultural Relations, Universidade Aberta (jmsardinha@gmail.com)

■ Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal

João Sardinha

1. Introdução¹

As características intrínsecas que compõem os processos migratórios, assim como as formas de integração activadas pelos imigrantes ao se estabelecerem num país novo, acabam por influenciar a inserção destes no meio social do país de acolhimento. Por um lado, resultado dos encontros físicos, sociais e culturais no novo espaço, este novo contexto poderá alterar os padrões identitários (Kolm, 1980; Saint-Maurice, 1997). Por outro, os imigrantes poderão também estar interessados em preservar os elementos e traços que os identificam como um grupo ou comunidade colectiva. Poderá ser o objectivo destes manter a sua posição separada da sociedade alargada, segregarem-se em nome de um objectivo comum – preservar o que os define. Tendo como objectivo o estabelecimento de redes de protecção contra os elementos que o grupo reconhece como sendo diferentes e/ou ameaçadores, e ao mesmo tempo para promover a coesão e continuidade da identidade etno-cultural colectiva, imigrantes organizam-se recorrendo a estratégias visíveis e invisíveis (Rocha-Trindade, 1995; Minghuan, 1999). Outro aspecto da integração de grupos de imigrantes deriva da questão de saber até que ponto a sociedade anfitriã permitirá aos imigrantes inserirem-se na sociedade alargada através das suas políticas, programas e iniciativas de inserção. Se estas acabam por não coincidirem com os desejos dos imigrantes – se as comunidades estrangeiras sentirem que a entrada na sociedade anfitriã não está a ser facilitada e que estão a ser tratados injustamente – o resultado natural passa pela coordenação de acções de *lobby* e manifestação.

Consequentemente, para estas e outras razões, os imigrantes unem-se, criam redes e organizam-se, conduzindo à criação de estruturas colectivas, também denominadas associações. O estudo do associativismo imigrante revela uma forte conexão entre funções sociais, culturais, políticas e de serviços; contextos que nem sempre são facilmente separáveis (Casey, 1988). Na realização destas funções, as associações frequentemente negociam entre dois contextos: o país ancestral e o de recepção. Por um lado, vêem no país ancestral as suas origens culturais e identitárias, que valem a pena preservar e proteger. Por outro, responsabilizam o país de recepção como aquele que deve facilitar a inserção dos cidadãos de países terceiros. Considerando estes pontos, torna-se importante destacar que o que definimos livremente como “prestação de serviços” por parte destas organizações, não pode ser subestimado.

As relações de proximidade entre as associações de imigrantes, as pessoas que elas representam e os poderes políticos da sociedade anfitriã colocam as associações (e sobretudo aqueles que activamente as dirigem) numa posição de maior conhecimento no que diz respeito aos assuntos e preocupações pertinentes à comunidade que representam. A posição privilegiada das associações como conhecedoras das comunidades, em conjunto com o facto de elas se encontrarem numa posição “intermediária-

ria” entre os imigrantes e a sociedade anfitriã desempenhando um papel crucial como actores de intervenção na defesa de direitos e promoção do bem-estar das comunidades, leva-nos a defender que a reunião de opiniões daqueles que se encontram ao leme das associações de imigrantes é fundamental. Considerando estes argumentos, a execução de um estudo analítico sobre as opiniões e desempenho de associações de imigrantes no que diz respeito às estratégias de integração e identitárias das suas respectivas comunidades é de grande importância.²

O contexto desta pesquisa baseia-se assim numa questão de “ajustamento”, por um lado, entre as necessidades de um grupo imigrante no que diz respeito à conservação da sua identidade, herança e valores, e por outro, a sua integração, direitos de cidadania e necessidades no que diz respeito a serviços sociais. Assim, a hipótese geral avançada neste artigo é a de que as associações de imigrantes em Portugal podem fornecer uma conexão importante entre as definições identitárias transportadas do país da origem e “a nova vida” construída no país anfitrião, reconciliando e oferecendo o melhor do que ambas têm para oferecer; entre os laços primordiais colectivos e as estruturas burocráticas formais da sociedade anfitriã.

Pergunta-se, assim, como é que as associações de imigrantes aliam os dois objectivos (preservação/integração) definidos, à primeira vista, como opostos; e como é que esses mesmos objectivos são negociados. Seguindo um idealismo baseado em estratégias de integração, liberdades identitárias e direitos de cidadania igualitários como dados garantidos, tomando em consideração o facto que inserção é frequentemente “um caminho com dois sentidos”, envolvendo situações de “dar” e “receber” tanto da parte dos indivíduos a ser integrados como daqueles que os acolhem, e seguindo a lógica que a identidade não é um elemento estagnado mas algo em constante mutação, pergunta-se como é que as associações de imigrantes concebem e contribuem para a integração comunitária, por um lado, e para a (re)estruturação de identidades, por outro.

Para poder analisar estas questões, este artigo centra-se no estudo de três movimentos associativos em Portugal: angolano, brasileiro e leste europeu. Os resultados são consequentes de um trabalho de campo junto de representantes das associações destes grupos, realizado em Portugal continental entre Setembro de 2004 e Setembro de 2005. No total, foram realizadas 82 entrevistas com indivíduos ligados a 28 associações angolanas (27 entrevistas realizadas, destacando uma entrevista com um dirigente que dirige duas associações), 18 brasileiras (25 entrevistas) e 21 do leste europeu (30 entrevistas).

2. Associativismo imigrante, integração e identidade

No que diz respeito à integração sócio-cultural de imigrantes, pode-se argumentar que a fundação e/ou participação numa das associações, dirigida a esta população, é uma “faca de dois gumes”. Enquanto estas organizações têm uma influência positiva na manutenção de laços comuns e na conservação de uma identidade etno-cultural partilhada, um argumento oposto também é defendido, nomeadamente de

que as associações de imigrantes, formadas ao longo de linhas étnicas, impedem o desenvolvimento de relações pessoais com a população local acabando por diminuir os processos da adaptação na sociedade anfitriã.

Na primeira perspectiva, é assumido que as organizações de imigrantes têm um efeito integrativo nos indivíduos que representam e na sociedade em geral, criando um equilíbrio entre interesses diferentes, desempenhando, assim, um papel positivo na assimilação (Lal, 1983). Sob esta perspectiva, um equilíbrio entre as necessidades e as expectativas dos imigrantes, os interesses, valores e normas da sociedade anfitriã, é encontrado através do que Schoeneberg (1985: 418) chama “subsistemas funcionalmente diferenciados” em que as organizações de imigrantes executam esses papéis mencionados fornecendo mediação e formas de integração social, bem como o encontrar de formas de satisfazer as necessidades da comunidade.

Por outro lado, outros estudos (Breton, 1964; Reitz, 1980) partem da suposição que a criação e a persistência de associações imigrantes são uma indicação da segregação e um obstáculo à assimilação. A criação de instituições paralelas e outros instrumentos (por ex. escolas, meios de comunicação, etc.) pode ser visto como prova da manutenção e promoção da segregação social e cultural. A existência de “sub-sociedades institucionalmente completas”, segundo Breton (1964: 193), permite trocas mínimas entre a comunidade imigrante e a sociedade anfitriã, limitando relações ao grupo imigrante em si. Sendo este o caso, inserirem-se valores e normas da sociedade anfitriã, além de adquirirem o mínimo da conformidade comportamental necessitada, fica praticamente irrealizável (Schoeneberg, 1985: 419).

Outra realidade rodeando o associativismo imigrante surge do facto que as associações podem também ser segregacionistas e fortemente fundamentalistas, estabelecendo programas ideológicos para defender posições culturais e/ou religiosas. Contudo, diligências ideológicas projectam-se no contexto cultural do país anfitrião em vários domínios, muitas vezes diferentes daqueles que se pretende defender. Vejamos o exemplo da cultura e identidade muçulmana em sociedades ocidentais. Mediante a essência do Islão, a identidade muçulmana é um projecto global que abarca costumes diários (alimentação, vestuário, etc.), práticas religiosas, assim como a conservação de relações sociais específicas (dando particular ênfase às práticas sexuais, à família, entre outros). É uma visão comum entre membros da comunidade muçulmana de que o Islão é moralmente superior e que o abrandamento moral da sociedade ocidental (consumo de bebidas alcoólicas, vestuário revelador, mistura de rapazes com raparigas, etc.) cria uma ameaça à moralidade e à boa conduta das suas crianças (Joly, 1987). O principal papel das associações, neste caso, é criar união entre a primeira geração tendo como objectivo a manutenção de valores islâmicos, assegurando que os jovens descendentes cumprem o programa ideológico que é estabelecido. Assim, associações podem ser fundamentadas com o único objectivo de manter as características da comunidade, os seus valores e ideologias.

Pode-se então defender que as associações, as suas crenças, ideologias e comportamentos desempenham um papel fundamental na formação de padrões identitários colectivos. Porém, considerando que um sistema de valores e definições dentro de

uma comunidade imigrante ou movimento associativo oferece opções identitárias, não significa que a identidade de um indivíduo é determinada pelo colectivo (Rex e Josephides, 1987). Dentro desta linha de pensamento, Camilleri *et al.* (1990) propõem a noção de “identidade estratégica” como uma posição e/ou prática contida por um indivíduo e que é mantida com o objectivo de atingir um fim específico definido por vários determinantes de interacção (sociais, históricos, culturais, psicológicos, etc.). Identidades, na sua íntegra, acabam por ser intermitentes, estando em constante mutação, sendo elas, segundo Camilleri (1996), dissolvidas em “combinações de sub-identidades diferenciadas” ligadas aos diferentes grupos com os quais os indivíduos lidam e que se mobilizam em função das ocorrências do dia-a-dia. Assim, qualquer tentativa de limitar a identidade à vertente étnica seria o mesmo que confinar os indivíduos a uma só das suas identidades, o que levaria, deste modo, ao enfraquecimento da autêntica identidade pessoal que, na essência, é de natureza plural (Albuquerque *et al.*, 2000: 13). Contudo, de uma forma ou de outra, todas as associações transmitem certas mensagens identitárias, explícitas ou implícitas, tendo como objectivo, umas vezes, fornecer opções identitárias, e outras, tentar manter uma certa ordem etno-cultural na tentativa de defender interesses culturais comunitários, ou seja, reduzir a identidade à vertente étnica, algo que nem sempre é conseguido (Joly, 1987).

Na situação em que o grupo imigrante é ameaçado com pressões de assimilação vindas do país anfitrião, a tendência poderá ser a mobilização em redor das especificidades culturais para melhora o poderem afirmar certos elementos etno-culturais (como a língua, religião, gastronomia, vestuário, música, entre outros). Institucionalmente, isto contará com uma maior afirmação em termos de grupo. Certas actividades constituem exemplos de práticas que, ao nível institucional, procuram beneficiar uma comunidade de imigrantes com uma certa visibilidade, e que, de certa forma, traduz um desejo de participar socialmente na sociedade anfitriã, mas de forma não assimilacionista. Por exemplo, a criação de espaços de convívio, a construção de espaços religiosos, o desenvolvimento de cursos de línguas, a publicação de jornais e/ou revistas na língua nativa, a criação de programas de rádio e televisão – todos estes meios servem para demonstrar o desejo de integrar as especificidades etno-culturais da comunidade imigrante na sociedade anfitriã.

Além das funções dentro do campo etno-cultural, as estratégias identitárias podem ser também expressas no domínio político, através da constituição de grupos de *lobby* e pressões políticas tendo como objectivo a transformação de realidades sociais, nomeadamente no plano da marginalização e de outras formas de exclusão a que os imigrantes podem estar sujeitos. As associações, enquanto agrupamentos organizados de acção colectiva, constituem, assim, um importante mecanismo de promoção de estratégias mobilizadoras de identidades.

Normalmente, as actividades desenvolvidas por associações de imigrantes, no que diz respeito à intervenção sócio-política, são baseadas em certos aspectos inerentes à identidade étnica. Podemos, neste âmbito, indicar o papel do associativismo em si, no que diz respeito à mobilização étnica, como um sinal fiável de partilha e comunidade. No entanto primeiro, recorrendo ao argumento de Hargreaves (1995), é importante distinguir entre mobilização para a etnicidade e mobilização através da

etnicidade. Algumas associações – as que promovem o ensino da língua nativa ou que desempenham actividades religiosas, por exemplo – evocam a afiliação étnica para avançarem certos objectivos sócio-culturais. Por outro lado, outras associações podem estar organizadas por motivos de etnicização ou por indivíduos que partilham a mesma etnia, mas não necessariamente com o objectivo de fortalecer a identidade étnica. Certas organizações anti-racistas, por exemplo, podem ter bases étnicas e objectivos que abrangem a igualdade do tratamento ao lado da população indígena, em vez de batalharem em nome do reconhecimento de traços culturais próprios (Hargreaves, 1995: 98).

Assim, como vários autores indicam (Elliott e Fleras, 1992; Drury, 1994), a mobilização étnica pode ser apresentada de várias formas e com graus diferentes de intensidade, conforme um número de factores determinantes, incluindo: 1) os níveis de adaptação recíprocos entre imigrantes e naturais (se o processo de adaptação for bem realizado, a mobilização étnica será de uma intensidade reduzida); 2) a diferenciação política, religiosa, social e cultural entre o país de origem e a sociedade anfitriã; 3) a dimensão histórica e temporal da imigração, que acaba por determinar a forma como a inserção social das populações imigrantes se procederá; 4) a implementação e a interpretação de políticas de imigração por parte dos governos, partidos políticos, sindicatos laborais, igrejas, meios de comunicação e grupos de interesse.

Se as políticas de imigração favorecerem o melhoramento das condições de vida e a integração dos imigrantes independentemente da distância social e cultural que possa existir entre eles e a sociedade anfitriã, haverá então poucas razões para aceder a processos mobilizatórios por parte dos imigrantes. Por outro lado, se o país de recepção não mostrar nenhuma intenção de politizar as questões de integração das populações imigrantes, optando antes por manter uma atitude de exclusão, levará isto à emergência de reclamações feitas por parte dos imigrantes e conduzindo a uma mobilização colectiva a favor de uma modificação de situações desfavoráveis existentes.

Argumenta-se então que a mobilização étnica, orquestrada ao nível associativo, constitui uma estratégia que pode trazer visibilidade, tendo como principais objectivos a materialização de dois aspectos fundamentais: a preservação da identidade étnica e a representação política das comunidades de migração e avanço dos interesses dos membros (incluindo a promoção de direitos de cidadania, participação cívica, defesa de igualdade de oportunidades e luta contra a discriminação).

Além da mobilização por parte dos imigrantes através das suas associações, lembramos que estas se movem entre contextos duplos: o país de origem e o de recepção. As conexões entre estes contextos não só reflectem relações distintas envolvendo redes e recursos mas também espaços de negociações contínuos de identidades e direitos (Mapril e Araújo, 2002). No meio destes processos as associações procuram oportunidades de pertencer a mais que um contexto, avaliando o que é melhor para as necessidades da associação, os seus líderes e os seus membros. No meio deste enquadramento, é comum os indivíduos que compõem associações – e por isso as próprias associações em si – não pertencerem a este ou aquele contexto como en-

tidades exclusivas, mas procurarem oportunidades de pertencerem tanto aos país de origem como ao país anfitrião. É através das negociações de interesses que as associações adquirem os seus espaços do poder e afirmam a suas posições. Assim, descrevem-se as associações de imigrantes como "instituições oportunistas", muitas vezes procurando promover o que para elas é o mais benéfico, ou o que estas, ou os seus líderes, consideram ser o melhor para a comunidade, recorrendo ao mais preferível que o país de origem e o país de recepção têm para lhes oferecer.

A identificação de associações de imigrantes como organizações colocadas entre os contextos país de origem/país de recepção significa que estas organizações funcionam como espaços sociais transnacionais que transmitam opções de integração e identitárias dentro de uma duplicidade social transnacional (Levitt e Glick Schiller, 2003). Assim, as associações transportam formas institucionais adquiridas em ambos os locais (origem/recepção) lançando uma ponte entre a diversidade de espaços públicos e privados onde elas funcionam (Soysal, 1999). Estas organizações representantes de imigrantes tornam-se locais onde modelos de organização social globalmente difundidos e onde contestações e desejos individuais convergem ao nível local produzindo novas misturas de valores, crenças e práticas.

Falamos do papel das associações no que diz respeito à integração e estratégias identitárias dos seus membros. Contudo, não podemos esquecer que além da identificação colectiva, outras influências existem. Não nos podemos esquecer que diferentes alianças e lealdades são formadas individualmente fora do grupo ou associação. Influências exteriores transportadas e, de uma forma ou outra, introduzidas por aqueles que compõem uma associação significa que uma imagem homogénea não existe, independentemente de quanto uma associação pode trabalhar para esse objectivo. O que emerge é o que Bhabha (1994) chama de "o terceiro espaço de pertença identitária"; um espaço que combina múltiplas identidades e práticas, em que pertença, recursos e direitos extraídos de diferentes contextos nacionais são constantemente negociados. Assim, semelhantes aos indivíduos que elas representam, as associações raramente podem ser identificadas como representantes de uma só nacionalidade, mas sim como "associações hifenizadas". Isto porque acabam por perseguir o que para elas é considerado "o melhor dos dois mundos", baseando-se nas oportunidades que lhes são "oferecidas" pelos diferentes contextos nacionais com quem elas negociam.

Se as associações de imigrantes são, por um lado, segregacionistas ou, por outro, integracionistas, não dependerá só da orientação estratégica, das posições tomadas e actividades direccionadas à população imigrante, mas também da atitude da sociedade receptora e do posicionamento do Estado no que diz respeito à populações estrangeiras. É também essencial ter consciência de que os princípios organizacionais e o acolhimento por parte da sociedade anfitriã são variáveis cruciais no modo como as associações se implantam na sociedade bem como os imigrantes em geral (Soysal, 1994). Destaca-se que a forma como os imigrantes são aceites pela sociedade anfitriã e pelos seus poderes políticos acabará por ter influência sobre as estratégias organizacionais das associações.

Seguindo os argumentos de Danese (2001: 86), desenvolve-se assim um modelo de inclusão/separação em que os imigrantes acabam por viver e trabalhar numa sociedade paralela ligada à sociedade anfitriã através de pontes descontínuas que acabam por ser as associações. Seja qual for as atitudes ou actividades das associações, estas acabam sempre por assistirem na inserção dos seus membros (Layton-Henry, 1990). Os factores principais que podem levar à segregação ou ao isolamento, como por exemplo, a discriminação ou rejeição por parte da sociedade anfitriã e das suas autoridades governamentais, também podem mobilizar a população imigrante, levando-a procurar aliados e a organizar-se politicamente para defender os seus direitos. Processos de *lobby* e pressões por parte das associações podem, assim, forçar os governos a intervir, conduzindo ao reconhecimento de direitos tanto das associações, como dos imigrantes em geral. Paradoxalmente, até as associações que se opõem à integração e assimilação podem contribuir, a longo prazo, para a integração dos seus membros na sociedade receptora (Layton-Henry, 1990).

3. Entre o “ofensivo” e o “defensivo: o posicionamento das associações de imigrantes

Das três comunidades escolhidas para análise (angolana, brasileira e leste europeia), salienta-se primeiro que tudo que estamos perante grupos com características e histórias migratórias para Portugal bastante distintas.

Tomando em consideração estas diversidades, irá analisar-se como é que os modelos estratégicos identitários de inserção são promovidos pelas associações. Para executar este objectivo, a discussão concentra-se em torno de duas questões: primeiro, que tipo de modelo de integração é defendido? Segundo, que tipo de estratégias identitárias são sustentadas e trabalhadas?

Os argumentos apresentados tenderam encaixar-se na dicotomia apresentada por Schrover e Vermeulen (2005) ao definirem as duas principais funções (opostas) executadas por associações no que diz respeito à integração social de uma comunidade: “ofensivas” ou “defensivas”. Os argumentos “ofensivos” incluem o lado da questão ligado aos processos de inserção, incluindo as exigências por parte das associações no que diz respeito a direitos de legalização, trabalho, habitação, educação, saúde, etc., e o combate contra o racismo e discriminação. Por outro lado, o ponto de vista “defensivo” foi expresso em tópicos relacionados à identidade e questões etno-culturais. Expressou-se também com regularidade esta distinção no estabelecimento dos ideais das associações.

Observando as respectivas comunidades, os movimentos associativos destacaram diferentes problemas de integração.³ Contudo, e sem surpresa, são também esses mesmos problemas que determinam as posições das associações e as suas narrativas “ofensivas”. Para exemplificar as posições gerais dos respectivos grupos, recorre-se às palavras de três entrevistados representantes dos três grupos, iniciando-se com uma perspectiva brasileira:

"[...] para nós [associação] é mais a questão da integração deles [os imigrantes], e de ver todo o mundo legalizado, a aquisição dos seus direitos – isto é o que é importante nesta etapa. Todas as outras questões podem começar a ser cuidadas depois disto. Direitos de família, direitos de trabalho, direitos humanos – isto tem que ser tratado primeiro se uma pessoa se quer integrar nesta sociedade. [...] Agora algo mais que é importante: a abolição de categorias de posição de classe. Se você for à Casa do Brasil, temos lá uma edição de grande sucesso da Sabiá que coloca a questão: «você é imigrante de que classe?» Você encontrará dez classes lá. As classes são redigidas em relação aos direitos de cada um. Você colocaria a maioria dos brasileiros nas classes mais baixas. Por isso é essa a filosofia – eliminar essas diferenças em termos de classe. Como é que isso pode ser feito? Eliminando essas formas diferentes de legalização. Apoiamos uma forma da legalização – autorização de residência. Queremos cidadãos legais, trabalhadores legais e direitos sociais iguais para todos." (B).⁴

Na sua forma mais simplificada, a integração é assim uma questão que pode ser concretizada alterando as políticas de legalização. De facto, a questão da legalização é a variável que mais eco tem nos argumentos das associações, no que diz respeito à integração de imigrantes. Alterar as leis e as formas de conduzir a legalização é, muitas vezes, vista como uma solução que curaria outros problemas – o imigrante legal terá direitos nas áreas da educação, habitação, saúde, entre outros, que o imigrante ilegal não possui. É também de anotar, nesta última citação, o debate à volta do desejo de querer reduzir diferenças entre classes. De facto, de forma semelhante, muitas associações baseiam os seus discursos "ofensivos" em táticas de militância com bases sociais. Um segundo depoimento dado por um representante leste europeu reflecte este mesmo posicionamento:

"Eu, primeiro, preferia que Portugal desse a todos os imigrantes os mesmos direitos igualitários e de oportunidades, acesso a alojamento, aulas de língua, formação profissional e acesso igualitário ao mercado de trabalho. Eles (imigrantes) não devem ser tratados como cidadãos reprimidos de segunda classe. É a exclusão social e a guetização que leva aos conflitos com a população receptora. Agora, se o exemplo da exclusão social e guetização vem «por cima»; se os governantes são os que promovem isto, o que é que se espera do resto de sociedade? Portugal devia promover a inserção desses indivíduos porque as pessoas vão-se incluir na sociedade portuguesa e irão partilhar os seus conhecimentos e experiências se lhes for permitido e se lhes forem dadas as boas-vindas. Através dos seus empregos, os imigrantes tornam-se cidadãos como qualquer outra pessoa e como cidadãos, iguais a qualquer um, eles respeitam as diferenças também. As condições devem ser estabelecidas para que cada indivíduo possa ter a liberdade de fazer parte da população em geral. Uma cidadania inter-étnica é o que nós favorecemos; não o multiculturalismo porque implica um tipo de tolerância onde o pensamento é: «Pobrezinhos, vamos mas é mantê-los ali no cantinho onde eles podem ser quem querem, podem fazer o que querem e não nos vão incomodar»".(LE)

Para além de exigir direitos e oportunidades igualitárias, o entrevistado reivindica que o governo seja responsável pelas suas acções e, ao mesmo tempo, sirva como exemplo para o resto da sociedade. A citação também acentua a importância da criação de políticas e iniciativas por parte dos governos que permitam uma integração aberta e livre enquadrando-se num modelo intercultural. A seguinte afirmação de um líder

angolano realça esta mesma solicitação. O posicionamento das políticas governamentais, segundo este interveniente, deveria ser uma de incorporação sem forçar a assimilação e também sem promover estratégias que podem levar à segregação.

“Somos contra as congregações em massa de pessoas da mesma etnia ou mesma raça. Somos contra as políticas que conduzem à criação de guetos. Isto não ajuda imigrante nenhum; de facto só ajuda é a marginaliza-los ainda mais. Basta só ver estes bairros aqui na Amadora onde a maioria são cabo-verdianos – estas «aldeias africanas». A nossa comunidade também os tem como, por exemplo, a Quinta do Mocho. Estes bairros são problemáticos e vão continuar a ser. Estes bairros foram abandonados logo de início. [...] Há uma forte divisão entre eles e o resto da cidade. Isto não é integração! Isto é o abandono! No que diz respeito à cultura, uma coisa tem que ser entendida: existe confusão entre identidade e cultura. A cultura é a essência da pessoa – o que elas sabem, o seu comportamento e atitude perante o semelhante, de onde elas são, o que é que elas comem e por aí a fora. A identidade é a percepção. Agora se você tem uma percepção negativa no que diz respeito à minha e se você é a maioria, você não vai-me deixar integrar como eu desejo integrar?” (A)

Para além do apelo à abolição de políticas que conduzem à guetização, o entrevistado interroga também a percepção da sociedade anfitriã no que diz respeito à identidade étnica e os resultados desta percepção no que concerne a integração. De facto, os representantes dos três grupos referiram, com frequência, a necessidade de haver uma maior abertura à diferença, sendo este factor uma componente essencial na integração de cidadãos de países terceiros, salientando particularmente a importância da igualdade e a abolição do racismo e xenofobia.

Do ponto de vista “defensivo”, as associações defendem, de forma unânime, a liberdade de manter, praticar e transmitir a sua respectiva identidade étnica. Tomando em consideração as relações e passados históricos (ou a sua falta no caso dos imigrantes de leste) de cada grupo em questão, naturalmente os entrevistados recorreram a diferentes perspectivas específicas ao seu grupo colectivo.

Pesadamente marcadas pelas relações coloniais históricas, e mantendo uma perspectiva amarga acerca do passado e a perda de elementos culturais e linguísticos derivado das políticas assimilacionistas portuguesas em Angola, as associações desta comunidade destacaram como não integrar os imigrantes recorrendo aos maus exemplos de 500 anos da presença portuguesa em Angola:

“O que Portugal tentou fazer [culturalmente] durante os 500 anos da sua presença em Angola nunca deveria acontecer. Fizeram tudo para assimilar a população; transformar-nos em portugueses. Isso é impossível porque isso significa cortar as nossas raízes e quando se faz isso, sim as pessoas deixam de ser o que são forçadamente, mas não, também não se tornam no que querem que eles sejam porque é contra a sua vontade. Quem somos nós para tentar modificar o que os outros são? Isto nunca deve ser feito. Na África do Sul eles segregavam as pessoas – nada de misturas. Em Angola obrigavam-nos a ser portugueses; falar só português para exterminar as nossas línguas. Fizeram um bom trabalho. Muitos dos nossos dialectos já não existem. É um crime! Nós devíamos de ter toda a liberdade para nos identificarmos com o nosso país e a nossa cultura de origem sem sermos criticados e sem sermos discriminados.” (A)

Da perspectiva deste narrador, o que os angolanos atravessaram no passado foi uma grande injustiça que não faz sentido – uma lição a não repetir.

Consequentemente, as associações articularam várias formas de como abordar o assunto da identidade, exprimindo, sobretudo, uma variedade de esforços para ajudar manter a identidade étnica das suas respectivas comunidades. Assuntos como a aculturação, assimilação e retenção da identidade cultural, em grande parte, viram respostas paralelas entre os três grupos. Mutuamente concordado entre a maioria é a importância da liberdade de escolha, de expressão e manifestação cultural. Para exemplificar, analisa-se alguns excertos escolhidos entre os respectivos grupos.

Início com uma opinião fornecida por um dirigente angolano e a sua perspectiva de que a integração também deve incluir “pedaços da assimilação” dentro de um enquadramento liberal, favorecendo também a liberdade de praticar a respectiva cultura étnica:

“A integração tem que ser, por um lado, um bocado de assimilação, como o caso dos angolanos que já cá estão há muitos anos, que já assimilaram os seus estilos de vida, os seus valores, a sua cultura naquilo que é ser português também. Isto acontece com o tempo. As pessoas também têm consciência que vivem nesta sociedade; que têm que se comportar seguindo os modelos sociais desta sociedade. [...] Mas fora destas normas, elas (os angolanos) viram-se para a sua própria cultura e sentem-se orgulhosos em poder manifestar a cultura e o facto que eles são angolanos e africanos. Portanto eles vestem-se com as suas roupas tradicionais; organizam os seus próprios espaços e ambientes com símbolos das suas origens angolanas e africanas. Praticam e sentem a sua identidade sem se sentirem ameaçados. Eles vivem dentro de uma cultura generalista que é a portuguesa, mas conservam a sua própria cultura como indivíduos. Com o tempo, há dinâmicas de integração conduzidas por processos da assimilação, e há aquelas que atravessam um processo de coexistência cultural. Nós defendemos a liberdade de ter esta escolha; a liberdade de reunir indivíduos que compartilham a mesma cultura, quem respeitam aquela cultura, e celebrá-la.” (A)

Nesta afirmação, vale a pena ser decifrado um ponto em particular: a divisão delineada entre “o mundo angolano ou africano” e o “mundo português generalizado”, onde o membro da comunidade é um transeunte, podendo circular livremente entre os dois mundos (origem e acolhimento). Seguindo as palavras de Cohen (1997), este modo de estar e pertencer significa que as categorias conceptuais e organizacionais primárias são, nos dias de hoje, inexistentes. O que temos presentemente são “múltiplas posições de sujeito”, servindo para definir o indivíduo dentro de um enquadramento intercultural. Salienta-se que o importante é existir a autonomia para identificar e participar numa dada cultura, favorecendo a possibilidade de recolher elementos de várias opções culturais, conduzindo a uma definição híbrida, não só em termos individuais, mas comunitários também.

Igualmente, no que respeita à comunidade brasileira, muitas das associações representantes deste grupo expressaram que a retenção identitária e exclusão cultural é a estratégia mais comum entre os seus membros. Os dirigentes brasileiros afirmaram que os membros da sua própria comunidade tendem a ficar dentro do seu próprio

grupo convivendo, sobretudo, dentro da sua rede de amigos. Contudo, os dirigentes entrevistados não encorajam esta segregação promovendo antes a aproximação entre povos. Como um líder associativo expressou:

“Quando a gente escolhe um país diferente do nosso para viver, para trabalhar, devemos automaticamente fazer para pertencer aos costumes daquele país, fazendo o mais possível para nos sentir em casa. O único modo de fazer isso é estar em paz com a cultura da sociedade que nos acolhe, participar e aprender com ela. No futebol, por exemplo, se Portugal estiver jogando devemos torcer por Portugal, a menos que estejam jogando contra o Brasil naturalmente. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer de onde somos, embora com o tempo comecemos a esquecer também. Qualquer brasileiro aqui em Portugal deve tentar viver a sua vida como se ele fosse 80 por cento português e 20 por cento brasileiro. Não podemos pedir que a sociedade aqui se modifique para nós; os portugueses são a maioria. Você tem de ser flexível quando é imigrante. Esta filosofia de relacionar só com os nossos não é a melhor, mas muitos Brasileiros vêm para cá e as únicas pessoas que eles conhecem são outros brasileiros – vivem com outros brasileiros, trabalham com outros brasileiros... Mas os brasileiros não podem vir pensando: “Não vou falar com os portugueses; não vou comer o que eles comem”. Têm que moldar a sua vida à volta do estilo de vida que existe aqui.” (B)

A filosofia apresentada nesta afirmação é que, para se sentirem integrados, os imigrantes devem fazer um esforço para se juntarem e se adaptarem à identidade cultural da sociedade anfitriã. De uma forma semelhante, um representante de uma associação leste europeia explica como é importante existir uma interacção entre o mundo cultural do país de origem e o anfitrião:

“O nosso objectivo é educar, contribuir para o desenvolvimento das pessoas e dar-lhes uma base para eles poderem crescer aqui em Portugal. Portanto é importante educar, aprender a língua, aprender sobre a cultura e as tradições portuguesas. Para ser um cidadão, uma pessoa deve adaptar-se e integrar-se na comunidade, juntando isso ao reconhecimento de quem ela é e de onde ela é – conhecendo música clássica, conhecendo Tchaikovsky, Chopin e Beethoven; saber a literatura russa – Tolstoy, Dostoyevsky, e por aí a fora [...] Estes serão os indivíduos que terão uma vantagem; saberão russo, ucraniano e português; conhecerão Camões como também os poetas e escritores russos. Queremos que as nossas crianças aprendam o português, que aprendam ao lado de estudantes portugueses; que aprendam inglês, mas queremos que eles aprendam a língua do seu país da origem também. Isto é capital para eles. É um privilégio ter a oportunidade de poder recolher de duas culturas; do melhor que os mundos têm para oferecer.” (LE)

Ambas as citações apoiam a visão que os aspectos culturais, intelectuais e sociais das identidades são recursos que podem ser utilizados para enriquecer o indivíduo. Assim, as opções culturais são encaradas como formas de conseguir atingir um objectivo, sendo esse objectivo o preenchimento pessoal de um indivíduo.

Das narrativas apresentadas, pode-se então argumentar que as associações promovem “uma identificação dual”, sobretudo. Novamente, salienta-se a frase: “recolhendo os melhores frutos que ambos os mundos têm para oferecer”, um sentimento

que universaliza para muitos dos intervenientes a melhor estratégia de integração e gestão identitária. A isto, adiciona-se que a negociação de componentes identitários é vista pelas associações como “uma arma da integração”, sendo que, ao adaptarem-se à cultura portuguesa e simultaneamente manterem a sua afiliação étnica, um indivíduo está preparado para satisfazer as suas necessidades etno-culturais, bem como possuir os “instrumentos culturais” que melhor se ajustam ao ambiente onde residem. Ao mesmo tempo, mantêm em aberto opções futuras que podem passar pela intenção de regresso ao país de origem.

Defende-se, então, que as associações promovem “identidades hífenizadas” e o direito de cada um poder adquirir o hífen. Contudo, tomando em consideração os vários sectores de vida, pergunta-se qual o lado do hífen com mais peso – esquerdo ou direito? Claro que isto dependerá dos interesses e sentimentos de cada indivíduo e o que cada um pode ganhar socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente de cada posicionamento identitário.

4. As associações e as suas estratégias de integração e identitárias

Considerando que as associações defendem formas pluralistas e interculturais de integração, bem como estratégias identitárias que favorecem tanto a preservação etno-cultural como a aculturação, é também importante discutir como é que as associações transmitem estas ideologias e como é que elas são postas em prática. Na tentativa de conseguir respostas à volta desta temática, perguntou-se aos representantes associativos: o que fazem as associações para ajudar os membros de comunidade a “tornarem-se portugueses” e, pelo contrário, o que fazem para conservar a identidade etno-cultural.

Para podermos responder a esta pergunta, recorre-se à dicotomia “ofensivas”/“defensivas” apresentada por Schrover e Vermeulen (2005). Do ponto de vista “ofensivo”, os modelos de integração promovidos pelas associações são também o que forma as suas táticas e formas de *lobby*, na tentativa de fazer com que as suas reivindicações e exigências cheguem aos poderes governamentais. As palavras-chave utilizadas nas suas intervenções e protesto, segundo os dirigentes associativos incluem: legalidade, igualdade, direitos, aceitação e respeito.

Para conseguir estes objectivos, as associações desenvolvem acções de natureza diversa, passando pelo diálogo directo com os vários níveis governamentais, a participação em organismos administrativos ou instituições públicas como, por exemplo, conselhos consultivos, a articulação com outras organizações da sociedade civil, formação de alianças com outros movimentos associativos de forma a reunir recursos e mais poder de negociação, e também recorrer à utilização de formas de confronto, por exemplo, a organização de marchas de protestos (Miller, 1989; Albuquerque *et al.*, 2000). O carácter, volume e visibilidade dos movimentos indicam até que ponto os imigrantes se querem perfilar como sendo diferentes ou iguais à sociedade acolhedora nas suas exigências e batalhas. Neste contexto, ao assumirem uma posição de carácter defensivo, as associações tornam-se as “vozes” das populações que representam,

mobilizando para as acções colectivas na tentativa de influenciar os processos de decisão e as actividades políticas, com o intuito de reforçar e/ou estimular a integração assim como proteger os seus direitos etno-culturais.

No que diz respeito à vertente “defensivas”, realça-se o apelo ao respeito e liberdade de expressão, isto num enquadramento intercultural. Neste âmbito, as associações destacaram a importância de fornecer a cultura étnica aos seus membros em primeiro lugar e, depois, a partilha e transmissão junto da sociedade em geral.

Assim, nos três grupos em questão, as associações apontaram várias iniciativas junto dos seus membros tendo como objectivo a manutenção da cultura étnica. Destaca-se a organização de festas para celebrar a cultura tradicional, muitas vezes implicando música, danças e comidas tradicionais. Distingue-se também a realização de eventos à volta de dias comemorativos referentes ao país de origem, a organização de eventos de promoção de artistas, escritores, etc., além de espectáculos musicais com artistas oriundos da comunidade em Portugal, da diáspora ou vindos do país de origem. Por último, é ainda de referir a criação de meios de comunicação (jornais, programas de rádio, páginas na internet), grupos musicais, de dança, de ajuda espiritual e clubes desportivos.

Relativamente à adopção de elementos referentes à identidade portuguesa, as associações destacaram a preparação de pratos portugueses em conjunto com a gastronomia étnica quando realizam festas. Acentuaram também fazer parte de actividades, eventos e festividades organizadas por ou em colaboração com outras instituições da sociedade anfitriã. A celebração de dias comemorativos ou nacionais portugueses ao lado de organizações portuguesas é uma ocorrência comum, sendo o objectivo principal, por parte das associações de imigrantes, a exposição da cultura étnica ao lado da cultura portuguesa. Isto porque, segundo um interveniente:

“Portugal não é só brancos. Também é composto por negros e mulatos, e também se diz coisas como bué e eu aposto que muitos jovens hoje em dia pensam que a palavra bué tem as suas origens aqui em Portugal. Portugal criou a lusofonia por isso tudo o que tem as suas origens no espaço lusófono faz parte de Portugal. Por isso vamos misturar fado com morna e vamos comer feijoada e muamba e vamos beber caipirinha e vinho verde e grogue ... faz parte de Portugal também.” (A)

Para além das iniciativas e intenções em quererem misturar variáveis culturais tanto do país de origem como do país acolhedor, a maioria das associações acentuam também que é quase impossível trabalhar exclusivamente com uma estratégia de identidade única em mente. As opções de quererem ser mais português ou mais angolano, brasileiro, ucraniano, etc., são deixadas nas mãos de cada indivíduo, visto que as associações não podem controlar as estratégias de identidade dos seus membros que, obviamente, têm uma vida fora destas. Assim, como explica um líder angolano, a função das associações deve ser fornecer alternativas:

“A nossa associação tem como principal estratégia ajudar as pessoas a reflectir e ponderar as suas origens culturais e sociais dentro de uma nova sociedade; no meio de um novo

contexto possuidor de modelos organizacionais diferentes. Portanto, tentamos ajudar as pessoas a avaliar a sua identidade e ao mesmo tempo fazemos para não erguer fronteiras que se podem tornar obstáculos nos processos de integração. Só aqueles que se sentem seguros com a sua identidade e os seus valores terão a tarefa mais facilitada ao negociarem com os valores e modelos identitários de outras sociedades, inclusive esta sociedade [portuguesa]. Há aqueles que preferem assimilarem-se porque vêem isso como uma via mais fácil à integração. Mas há também aqueles que resistem, que estão bem estabelecidos nos seus modos de ser, tendem a isolarem-se e criam os seus próprios espaços identitários e de proximidade à sua pátria e aos seus compatriotas sem arriscarem demasiado fora daquele círculo mais fechado. Não promovemos nem desencorajamos nenhuma dessas opções. O que fazemos é fornecer oportunidades para que eles possam ver o outro lado da questão se eles quiserem. Como uma associação não nos isolamos. A associação trabalha para dar valor às várias identidades culturais com a qual ela trabalha para poder mostrar que a diversidade cultural pode enriquecer a nossa sociedade.”(A)

A existência de uma variedade de opções etno-culturais, permitindo oportunidades aos membros da comunidade de se adaptarem e participarem como desejarem, é assim destacada. A ênfase também é dada ao papel não-exclusivo que esta associação, em particular, executa, oferecendo actividades e oportunidades para que os membros se possam inserir tanto na cultura angolana como na portuguesa.

Contudo, o enlace de elementos culturais e trocas interculturais também pode ser visto como uma estratégia de integração aliado ao facto que uma estratégia desta natureza pode ser um elemento que define uma associação. Dois exemplos, vindos de uma associação leste europeia e outra brasileira, chamam a atenção para este modelo:

“Estamos a ajudar a nossa comunidade a integrar-se fazendo da nossa cultura uma parte da paisagem deste país. Penso que tentamos viver de braços dados, tanto com a nossa cultura como com a cultura portuguesa. Estamos aqui nesta feira a celebrar o Dia de Santo António.⁵ Estamos aqui a partilhar culturas. As pessoas vêm até aqui [à feira] celebrar um dia típico deste país e encontram-nos aqui no meio de tudo isso. A maioria de tudo o que se encontra aqui é tipicamente portuguesa: música, comida, etc. – e estamos todos aqui a participar ao lado um do outro. Portanto vê-se pessoas a vir até aqui – romenos, moldavos – que talvez tenham acabado de comer sardinhas e se quiserem a seguir podem ir até aqui ao lado beber uma bebida brasileira de uma das estantes brasileiras. Isto é que é a nossa associação – é uma parte de Portugal.” (LE)

“Alguns brasileiros têm-se casado com portugueses e portuguesas e têm-se instalado de uma forma mais rápida no estilo de vida português. Eles trazem as suas caras-metade aos nossos eventos e as crianças deles já falam com um sotaque português. Mas o que acontece é que quando estamos fora [de Portugal], somos definidos pelo local onde moramos e onde fazemos a nossa casa e não o nosso país da origem. Assim, os brasileiros são identificados como sendo brasileiros aqui em Portugal e portugueses quando voltam ao Brasil. Eu fundei esta organização para apoiar a selecção [de futebol] brasileira, mas nós também apoiamos Portugal. No fim e ao cabo, temos o Deco e o Filipão na selecção [de futebol] portuguesa.⁶ Isto mostra a proximidade que existe entre ambos os povos. Um dos nossos membros que se

casou com uma portuguesa fez um estandarte para o jogo de futebol entre Portugal e Brasil que se realizou aqui em Lisboa há uns anos [2002] que dizia: «Brasil-Portugal: dois países um coração» – penso que é uma bela maneira de descrever o que muitos de nós acabamos por sentir.” (B)

Esses excertos mostram que outras influências existem; diferentes de lealdade e interferências que também se enraízam na composição das associações. Tendo membros das associações a casarem-se com portugueses e a introdução dos cônjuges nas actividades da associação, tal como a participação em eventos organizados pela sociedade portuguesa, são dois exemplos que conduzem à mistura cultural e à criação de ambientes interculturais no meio associativo. Por conseguinte, semelhantes aos indivíduos que elas representam (bem como as filosofias que muitas transmitem), as associações acabam por adquirir “múltiplos posicionamentos de exposição” através dos procedimentos fora da estrutura associativa – com indivíduos e organismos fora do âmbito étnico (Cohen, 1997).

Através das interacções sócio-culturais e negociações de estratégias identitárias, as associações tornam-se assim instituições luso-angolanas, luso-brasileiras e luso-leste europeias. Confirma-se desta forma “o terceiro espaço de pertença identitária” definido por Bhabha (1994) em que as associações abraçam o que lhes serve melhor, tanto para a associação e para os seus membros, eliminando o espaço rigidamente étnico e tradicional (mesmo que em muitos casos seja desejado por alguns elementos)⁷ e nivelando com elementos fora do círculo étnico.⁸

No meio desta discussão em torno das estratégias identitárias e de integração, é importante realçar também dois contribuidores primários na compressão tempo/espaço – factores que conduzem a uma maior proximidade com o país de origem e as suas tradições. Jenkins e Sauber (1988) referem a estes contribuidores como “a idade jacto” e “a idade electrónica”. Hoje em dia, imigrantes podem apanhar um avião e numa questão de horas estão na sua terra natal; chamadas telefónicas podem ser feitas directamente com tarifas cada vez mais acessíveis; os canais de televisão internacionais podem fornecer imagens, sons e cobertura de notícias e dos eventos mais actuais; enquanto a Internet pode fornecer informações, além de que e-mails são enviados através de um simples toque de botão. Também as associações desempenham um papel muito importante para esta compressão tempo/espaço. Nos seus espaços físicos, as associações criam espaços informáticos onde membros podem consultar a Internet e manter contacto com o país de origem através de *e-mails*, *chats*, etc. A isto junta-se a instalação de canais televisivos internacionais, os intercâmbios organizados com instituições do país ancestral permitindo o envio e recepção de bens e serviços, bem como o funcionamento de algumas associações como agências de viagem e distribuição de bens.

As associações posicionam-se assim no espaço intermediário de negociações e intercâmbios etno-culturais, destacando-se o papel destas como transmissoras de opções de integração e de identidade, manobrando, elas próprias, as acções e alternativas proporcionadas pelos dois principais contextos de negociação (país de origem/país de recepção). Assim, seguindo novamente a matriz de Levitt e Glick Schiller (2003), as

associações são “espaços sociais transnacionais” transmitindo opções dentro de um “campo social transnacional”. Isto é exemplificado pelas actividades interculturais que acontecem no espaço migratório. Por exemplo, nas suas festas, as associações angolanas servem pratos portugueses ao lado de pratos angolanos; algumas associações brasileiras organizam as suas próprias escolas de samba para participarem nas actividades carnavalescas organizadas por câmaras municipais locais; enquanto as associações leste europeias fornecem aulas de russo, ucraniano, romeno, etc. ao lado de aulas de língua portuguesa. As tendências transnacionais das associações manifestam-se também através de redes mantidas no espaço transnacional (com instituições políticas, organizações religiosas, grupos culturais, etc., tanto no país de origem como na diáspora). O repertório activista cultural que é construído pelas associações conduz a novas formas da expressão cultural que reconciliam influências culturais diferentes ao nível transnacional. Assim, as associações traçam formas de “capital transcultural e/ou redes transculturais e transnacionais” relacionadas à expressão cultural que, à sua vez, influí a estruturação identitária (Meinhof e Triandafyllidou, 2006).

Consequentemente, as associações tiram proveito dos laços construídos tanto ao nível local como transnacional, dentro e através das suas próprias comunidades migratórias e da sociedade anfitriã. Ao mesmo tempo, elas tiram proveito de todo o capital social que lhes é atribuído, tiram vantagens do seu envolvimento dentro do espaço bi ou multicultural em que estão implantadas, maximizando, assim, todo o capital cultural que lhes é disponibilizado. As organizações fazem por conservar as suas raízes mas muitas vezes misturam essas raízes com novos contextos em Portugal. Adoptam um papel de organizações transculturais, tornam-se mediadores transidentitários e desenvolvem e utilizam o seu capital cultural para actuar como canais de comunicação e pontes entre os países de origem e sociedade portuguesa. Além de mais, tornam-se negociantes de capital transcultural e dão a sua voz a novas formas de expressão, identidade e formas de integração, criando novas misturas de interacções locais, nacionais e globais que, por sua vez, são reflectidas nas comunidades que representam.

Conclusão

A razão mais explícita por detrás da existência de associações dirigidas a imigrantes deve-se ao facto de que as suas respectivas comunidades têm certas necessidades às quais estas organizações respondem; necessidades estas, muitas vezes incentivadas por questões identitárias, de pertença e de inserção no país de acolhimento. Por um lado, as associações podem procurar manter uma identidade etno-cultural, explicitamente ou implicitamente, acentuando as divisões ao longo de linhas étnicas e solidificando a ideia que o seu grupo tem interesses únicos comuns. Seguindo esta lógica, as associações tornam-se instituições proteccionistas, fornecendo uma base para a exposição e preservação da identidade étnica. Adiciona-se também que os objectivos das associações podem reflectir a ideia de que a igualdade só pode ser realizada através de um alicerce de separação. Neste sentido, a lógica é que a identidade étnica é a plataforma para a negociação política na tentativa de conseguir maior acessibilidade às oportunidades fornecidas pela sociedade anfitriã. Por outro lado,

uma visão oposta é que grupos imigrantes serão favorecidos pela sociedade anfitriã ao aliarem-se socialmente e culturalmente a ela; ou seja, se eles se assimilarem. Contudo, como as teorias assimilacionistas indicam, isto significa também a perda da identidade original do grupo (Barry, 2001).

Considerando as duas perspectivas opostas, uma das perguntas centrais por detrás deste artigo foi saber como é que as associações de imigrantes contribuem, por um lado, para integração da comunidade, e por outro, para a preservação da identidade étnica. Uma observação sumária dos resultados reunidos revela que um dos traços principais das actividades das associações é o seu carácter global – a capacidade para abranger as aspirações dos seus membros e transcender essas aspirações através da referência comum à identidade étnica e/ou nacional. Contudo, isto não significa que as associações confrontam as práticas culturais e a formação da identidade como sendo um assunto unilateral onde os valores e os modelos do país de origem são de maior importância e as tradições culturais do país anfitrião são completamente descartadas; pelo contrário. De facto, são duas funções, ao princípio vistas como opostas, mas que se desenvolvem mutuamente, assegurando tanto a preservação de identidades, como o desejo dos imigrantes quererem fazer parte da sociedade que os acolhe. Assim, revela-se que o que pode parecer à primeira vista contraditório na definição de objectivos – o sincrónico desejo de conservar formas etno-culturais e de apoiar a integração de comunidade na sociedade portuguesa – é aprovado como tendo finalidades paralelas e lógicas, mantendo assim as associações, tal como as pessoas que elas representam, a ambição de poderem fazer parte do que ambas as sociedades têm para oferecer, tanto pessoalmente como colectivamente.

Os líderes associativos propõem que a via mais eficaz para conseguir uma inserção justa e do agrado das populações imigrantes, ao mesmo tempo contribuindo para uma cidadania igualitária na sociedade anfitriã, é através do direito de livre expressão e promoção da identidade étnica, tendo como leme fundamental direitos igualitários e respeito mútuo, fornecendo mais oportunidades para os imigrantes se tornarem participantes activos na vida económica, cívica, política, cultural e espiritual da sociedade de recepção. Igualmente, a vitalidade e o compromisso das associações na coordenação de envolvimento e negociação, tanto no espaço das suas origens como no espaço de acolhimento, demonstra a vontade em quererem trabalhar em ambos os contextos. Através dos eventos culturais, festas, seminários, etc. por um lado, e pelas participações e compromissos políticos, por outro, as associações investem na inserção das comunidades que representam, ao mesmo tempo contribuindo para o que é mais desejado – uma vivência pluralista e intercultural.

Ao observar as posições das associações no que diz respeito à integração e identidade, os resultados reflectiram a dicotomia defensiva/ofensiva de Schrover e Vermeulen (2005). As estratégias ofensivas são principalmente enquadradas em torno da resolução dos problemas de integração das respectivas comunidades (por ex. legalização, emprego, alojamento, educação, discriminação e xenofobia, etc.). Da posição defensiva, embora as associações se mantenham firmes na defesa de poderem manter, praticar e transmitir a sua identidade étnica livremente, através das narrativas, bem como na análise de estratégias de transmissão de identidade, as associações apoiam

uma espécie de “identificação dupla”, salientando a importância de adaptar elementos culturais portugueses, amalgamando esses com a identidade étnica. Assim, reflectindo nas palavras de Kivisto (2001: 568) o sentido da identidade e comunidade é forjado, não através de uma perda ou reconstrução de uma réplica, mas como algo que é ao mesmo tempo novo e familiar – uma bricolage construída de elementos culturais tanto da pátria como do país de recepção.

A consequência da bricolage descrita por Kivisto conduz assim à construção de um “terceiro espaço” de pertença identitária (Bhabha, 1994) construído através das diferentes lealdades. Vale a pena lembrar o posicionamento das associações como espaços transnacionais. Não podemos esquecer o crescimento das possibilidades de contacto com o país e cultura de origem e os posicionamentos transnacionais tanto das associações, como dos imigrantes, algo que, no presente espaço e tempo, permite um contacto mais atempado com o país e cultura de origem, contribuindo para fortalecer a identidade étnica. Consequentemente, este posicionamento transnacional significa também que existe uma maior tendência para que expressões etno-culturais surjam, salientando ainda mais a convivência cultural ao lado de outros aspectos da vida associativa que reflecte a existência da organização dentro da sociedade portuguesa. O que é trazido para as associações (a língua portuguesa, gastronomia portuguesa, casamentos mistos, variadas trajectórias de integração, etc.) acaba por reflectir aquilo que é português e que faz parte de Portugal. Através dos resultados adquiridos, é evidente que a conservação da identidade étnica e a inserção nos sistemas portugueses não são antitéticos. Verifica-se que se realizados, ambos os esforços podem-se completar um ao outro na luta por uma coexistência satisfatória no ambiente imigratório. Os líderes associativos dos três grupos caracterizaram as suas comunidades como tendo traços culturais que elas desejam conservar. Contudo, também reconheceram a necessidade de adaptação para melhor poderem sobreviver, realçando a importância de adquirirem aspectos “de ser português” para o conseguir. Deste modo, se “um hífen” é para ser utilizado para amalgamar “os mundos de dupla identidade” em que os imigrantes, bem como as suas associações, se encontram, esta identidade hifenizada acaba também por ser utilizada de forma sistémica – para adquirir recursos de sobrevivência – talvez até mais do que para definir realmente o imigrante.

Notas

- ¹ Este trabalho tem origem numa pesquisa realizada para a obtenção de grau de Doutor em Estudos Migratórios (Sardinha, 2007) na Universidade de Sussex, Reino Unido, com o apoio de uma Bolsa de Doutoramentos da Fundação Calouste Gulbenkian.
- ² Embora questões da objectividade possam surgir em relação às interrogações relacionadas com os temas de integração, identidade e os papéis das associações, vale a pena salientar que o objectivo deste artigo é, antes de mais, exprimir as visões de líderes associativos. Contudo, é importante lembrar que argumentos contrários também podem existir, seja de imigrantes, de membros da comunidade anfitriã, entre outros. Para contrabalançar alguns dos argumentos, foram também efectuadas 28 entrevistas com representantes de ONG, de uniões sindicais, líderes religiosos, administradores governamentais (ao nível local e nacional), administradores e funcionários de serviços sociais como também representantes de partidos políticos, indivíduos estes ligados a instituições que lidam com imigrantes e/ou as suas associações.
- ³ Através das narrativas recolhidas, os maiores problemas de integração sentidos pelos imigrantes angolanos, brasileiros e leste europeus, segundo os representantes das associações, variam principalmente no que diz respeito aos angolanos em comparação com os outros dois grupos. Enquanto que os dirigentes africanos destacaram os problemas de habitação, a falta de qualificações educacionais e laborais como também a discriminação, racismo e estereótipos atribuídos às comunidades, os brasileiros e leste europeus, comunidades compostas por indivíduos mais recém chegados, destacaram a falta de regularização e os direitos que acompanham ser documentado, direitos laborais (trabalho descartável, falta de contratos, exploração, etc.), como também a falta de acesso aos serviços (sociais, saúde, educação e formação, etc.) [ver Sardinha, 2007].
- ⁴ As letras que aparecem no fim das citações identificam o respectivo grupo ao qual o interveniente pertence: A – representante de associação angolana, B – representante de associação brasileira, LE – representante de associação leste europeia.
- ⁵ A entrevista foi feita nos Festejos Populares de Santo António da Freguesia de Domingos de Rana, concelho de Cascais.
- ⁶ Nascido no Brasil mas naturalizado português, Anderson Luiz de Sousa, mais conhecido por Deco, tem representado a selecção portuguesa de futebol desde 2003. Luis Filipe Scolari (apelidado Filípão) foi seleccionador da selecção portuguesa de futebol entre 2003-2008.
- ⁷ É comum existir conflitos entre líderes e membros de associações baseados em objectivos opostos, diferenças em termos de organização, no que diz respeito a questões morais, como também em relação à integração e estratégias de identificação comunitária. Valores moderados frequentemente fazem frente a valores tradicionais e vice-versa, opondo aqueles que querem a continuidade das tradições contra os que desejam introduzir elementos afilidos a culturas exteriores.
- ⁸ Neste contexto, a formação de identidade não é completamente exclusiva ao país da origem e ao país anfitrião. Segundo Contador (2000), reflectindo sobre a identidade juvenil africana em Portugal, as estratégias de identidade adoptadas por esta comunidade são o resultado de várias influências, passando pela cultura portuguesa, afro-americanismo e variados elementos de cultura africana, assim como a negritude.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R., Ferreira, L. É. e Viegas, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Barry, B. (2001), *Culture and Equality*, Cambridge: Polity.
- Bhabha, H. (1994), *The Location of Culture*, London: Routledge.
- Breton, R. (1964), "Institutional completeness of ethnic communities", *American Journal of Sociology*, n.º 70, pp. 193-205.
- Camilleri, C. (1996), *Psychologie et Culture: Concepts et Méthodes*, Paris: Armand Colin.
- Camilleri, C. et al. (1990), *Stratégies Identitaires*, Paris: PUF (Psychologie d'Aujourd'hui).

- Casey, J. (1988), "Ethnic associations in Australia", in Jenkins, S. (org.), *Ethnic Associations and the Welfare State: Services to Immigrants in Five Countries*, New York: Columbia University Press, pp. 239-273.
- Cohen, R. (1997), *Global Diasporas: An Introduction*, London: UCL Press.
- Contador, A.C. (2000), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Danese, G. (2001), "Participation beyond citizenship: Migrants' associations in Italy and Spain", *Patterns of Prejudice*, vol. 35, n.º 1, pp. 69-89.
- Drury, B. (1994), "Ethnic mobilisation: Some theoretical considerations", in Rex, J. e Drury, B. (orgs.), *Ethnic Mobilisation in a Multi-cultural Europe*, Aldershot: Avebury, pp. 13-22.
- Elliott, J. L. e Fleras, A. (1992), *Unequal Relations – An Introduction to Race and Ethnic Dynamics in Canada*, Scarborough: Prentice-Hall.
- Hargreaves, A. (1995), *Immigration, 'Race' and Ethnicity in Contemporary France*, London: Routledge.
- Jenkins, S. e Sauber, M. (1988), "Ethnic Associations in New York", in Jenkins, S. (org.), *Ethnic Associations and the Welfare State*, New York: Columbia University Press, pp.21-106.
- Joly, D. (1987), "Associations amongst the Pakistani population in Britain" in Rex, J., Joly, D. e Wilpert, C. (orgs.), *Immigrant Associations in Europe*, Gower: Aldershot, pp. 62-85.
- Kivisto, P. (2001), "Theorizing transnational immigration: A critical review of current efforts", *Ethnic and Racial Studies*, vol.24, n.º4, pp.549-577.
- Kolm, R. (1980), *The Change of Cultural Identity: An Analysis of Factors Conditioning the Cultural Integration of Immigrants*, Manchester: Ayer Company Publishers.
- Lal, B. (1983), "Perspectives on ethnicity: Old wine in new bottles", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 6, n.º 2, pp. 154-173.
- Layton-Henry, Z. (1990), "Immigrant associations", in Layton-Henry, Z. (org.), *Political Rights of Migrant Workers in Western Europe*, London: Sage, pp. 94-112.
- Levitt, P. e Glick Schiller, N. (2003), "Transnational Perspectives on Migration: Conceptualizing Simultaneity", *Working Paper 3-09J*, Princeton: University Center for Migration and Development.
- Mapril, J. e Araújo, F. (2002), "Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context", in Fonseca, M.L. et al., *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: FLAD, pp. 197-227.
- Meinhof, U. e Triandafyllidou, A. (2006), "Beyond the diaspora: Transnational practices as transcultural capital", in Meinhof, U. e Triandafyllidou, A. (orgs.), *Transcultural Europe. Cultural Policy in a Changing Europe*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 200-222.
- Miller, M. (1989), "Political participation and representation of noncitizens", in Brubaker, W. (org.), *Immigration and the Politics of Citizenship in Europe and North America*, New York: University Press of America, pp. 129-143.
- Minghuan, L. (1999), *'We Need Two Worlds': Chinese Immigrant Associations in a Western Society*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Reitz, J. (1980), "Immigrants, their descendents, and the cohesion of Canada", in Breton, R. (org.), *Cultural Boundaries and the Cohesion and Canada*, Montreal: The Institute for Research on Public Policy, pp. 329-417.

- Rex, J. e Josephides, S. (1987), "Asian and Greek Cypriot associations and identity", in Rex, J., Joly, D. e Wilpert, C. (orgs.), *Immigrant Associations in Europe*, Gower: Aldershot, pp. 11-41.
- Rocha-Trindade, M.B. (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Saint-Maurice, A. (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Lisboa: Celta Editora.
- Sardinha, J. (2007), *Immigrant Associations, Integration and Identity: Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal*, Tese de doutoramento, Brighton, Reino Unido: University of Sussex (mimeo).
- Schoeneberg, U. (1985), "Participation in ethnic associations: The case of immigrants in West Germany", *International Migration Review*, vol.19, n.º 3: pp. 416-437.
- Schrover, M. e Vermeulen, F. (2005), "Immigrant organisations", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, n.º 5: pp. 823-832.
- Soysal, Y. N. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Soysal, Y.N. (1999), "Participation of immigrants in European public spheres: models and reflections", in Council of Europe, *Political and social participation of immigrants through consultative bodies*, Estrasburgo: Council of Europe